



CONSTITUICAO
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

CONGRESSO INTERNACIONAL

30 Anos
da Constituição
Federal Cidadã

10 A 14
SETEMBRO
2018

PONTA GROSSA - PR

PROGRAMAÇÃO

10 DE SETEMBRO

18h00 | **Inscrição, recepção e cadastramento de alunos**

19h30 | **Abertura**

19h30 | **Constituição e Direito Internacional**

Conferencista: Jónatas Machado

Presidente de Mesa: Nara Ayres Britto

21h00 | **30 anos da Constituição Federal Cidadã: Crises e Perspectivas**

Conferencista: Luiz Carlos Ávila Junior

Presidente de Mesa: Juliano Jaronski

11 DE SETEMBRO

19h30 | **A Constituição Federal Cidadã e o Acesso à Justiça**

Conferencista: Fernando de Paula Gomes Ferreira

Presidente de Mesa: Rubia Carla Goedert

21h00 | **Os Desafios da Sustentabilidade na Constituição Federal Cidadã**

Conferencista: Maria Claudia Antunes de Souza

Presidente de Mesa: Sandro Franco de Godoy

12 DE SETEMBRO

19h30 | **Os Partidos Políticos na Constituição Federal Cidadã e a Nação: Crises e Perspectivas**

Conferencista: Gustavo Swain Kfoury

Presidente de Mesa: Kelli Cristiane Michalski Fagundes Cunha

20h30 | **A Constituição Federal Cidadã e o Direito de Informação ao Cidadão**

Conferencista: Carlos Lopatiuk

Presidente de Mesa: Marcio Pinheiro Dantas Motta

21h00 | **Restrições à Democracia**

Conferencista: Carlos Eduardo Carvalho de Figueiredo

Presidente de Mesa: Peter Emanuel

PROGRAMAÇÃO

13 DE SETEMBRO

- 19h30 | **Constitucionalismos e Democracia**
Conferencista: Pedro Trovão do Rosário
Presidente de Mesa: Marisvaldo Cortes Amado
- 21h00 | **A Constituição Federal Cidadã e a Judicialização da Política**
Conferencista: Alex Sander Xavier Pires
Presidente de Mesa: Edmilson Rodrigues Schiebelbein

14 DE SETEMBRO

- 19h30 | **Constitucionalismos e Democracia**
Conferencista: Luciene Dal Ri
Presidente de Mesa: Ricardo Machado
- 21h00 | **A Construção de um Judiciário Forte após a Constituição Federal Cidadã**
Conferencista: Carlos Ayres de Britto
Presidente de Mesa: José Sebastião Fagundes Cunha Filho



Carlos Ayres Britto

Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto é um jurista, advogado, magistrado, e professor brasileiro. Foi ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2003 a 2012, tendo sido presidente daquela corte e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2012. Foi, também, professor da Universidade Federal de Sergipe. É autor de diversas obras jurídicas. Conferencista requisitado, é membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e da Academia Sergipana de Letras.



Jónatas Machado

Licenciado pela Faculdade de Direito de Coimbra. Mestre em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito de Coimbra. Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Director Executivo do Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Conciliador do Órgão de Conciliação da Organização para a Segurança e Cooperação Europeia (OSCE). Membro do European Consortium on Church and State Research.



Pedro Trovão do Rosário

Doutorado em Direito (Direito Constitucional – Direito Político), iniciou a docência no ensino superior em Setembro de 1991, inicialmente como Licenciado em Direito, hoje como Doutor em Direito. Ininterruptamente e desde 1991 é docente universitário, sempre na área do Direito. Assim, leccionou e lecciona em cursos de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento em Universidades Portuguesas e Espanholas, ou na Ordem dos Advogados e ainda em instituições de ensino superior em pós-graduações e MBA. É Orientador de Teses de Doutoramento e de Dissertações de Mestrado, tendo participado como Membro (Presidente, Arguente ou Vogal) em diversos Júris de Mestrado e de Doutoramento em Direito, em Universidades Europeias. Possui diversas publicações na área do Direito, em Portugal, Espanha e Brasil. É presentemente Diretor do Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa e Vice-Presidente da Fundación Universitaria Internacional, com sede em Madrid. Membro Internacional da Comissão de Direito à Educação na Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Rio de Janeiro e Membro Emérito da Comissão de Estudos de Direito Comparado Ordem dos Advogados do Brasil (Rio de Janeiro – 57ª subsecção). Investigador registado na Fundação para Ciência e a Tecnologia (FCT) desde 25 de Janeiro de 2010, tendo sido Director do "Ratio Legis"- Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas na UAL até 2015. É Advogado em prática ininterrupta desde 1993 (iniciou o estágio na Ordem dos Advogados Portugueses em 1991) hoje na "Trovão do Rosário & Associados – Sociedade de Advogados, Em 2018 participou do the 10th World Congress of Constitutional Law (IACL-AIDC) [10o CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL] que foi realizado em Seul - Coréia do Sul, em junho de 2018, sendo um dos mais relevantes congressos de direito constitucional do mundo.



Alex Sander Xavier Pires

Pós-doutorado em Direito (Portugal), Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais (Argentina), Doutorado em Ciência Política (Brasil), Mestre em Direito (Brasil), Especialista no Brasil em Filosofia Contemporânea, Direito do Estado e Administrativo, e Direito e Processo Civil. Leciona há quase vinte anos em licenciaturas, bacharelados, especializações, mestrados e doutoramentos em Portugal, Brasil e Argentina. Autor de dezenas de obras, nas áreas do Direito (Direitos Humanos, Constitucional, Processual Civil, Consumo e Hermenêutica), Ciência Política (Liberalismo, e Reconstrução do Estado de Direito) e Filosofia (axiologia, e positivismo). Advoga há quase vinte anos, período que participa ativamente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) exercendo atividades relevantes para a instituição, tais como: a de Delegado de Comissão, Procurador de Subsecção, Presidente de Comissão [Estudos de Direito Comparado] e Assessor de Comissão [de Educação], além de ser conferencista e palestrante-instrutor com leccionamento em diversas Seções e Subseções espalhadas pelo Brasil sobre temas emergentes e importantes para a advocacia prática em geral. Investiga no Ratio Legis – Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas do Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa (RL/UAL) e no CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade

Nova de Lisboa (CEDIS/FD/UNL), onde coordena projetos de investigação sobre a contenção do extremismo que leva ao terrorismo, e sobre a mudança paradigmática do tratamento normativo do Direito à Paz, tendo a reconstrução teórica do Estado de Direito pelos valores democráticos de raiz nas liberdades fundamentais seu moderador. É palestrante e conferencista em diversos eventos pelo mundo do Direito, sendo que, em 2018, participou, dentre outros eventos relevantes, do II Global Mediation – Lisbon round-table – como conferencista sobre a aplicação prática da mediação intercultural no âmbito da crise dos refugiados na Europa diante do impacto no orçamento público, e do 10th World Congress of Constitutional Law (IACL-AIDC) – 10 CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL – que foi realizado em Seul - Coreia do Sul, em junho de 2018, sendo um dos mais relevantes congressos de direito constitucional do mundo. Radicado em Portugal, é professor do Mestrado e Doutorado na Universidade Autónoma de Lisboa.



Luiz Carlos Ávila Junior

Advogado, regularmente inscrito na OAB/PR; OAB/SC e OAB/SP, professor e conferencista. Na advocacia tem atuação em direito contencioso especialmente nas áreas inerentes ao setor empresarial, nos Estados de: Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Membro do IBRAC - Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comercio Internacional. Membro da ABDE - Academia Brasileiro de Direito e Economia. Membro da ALACDE - Asociación Latinoamericana e Ibérica de Derecho y Economía. Doutorando em Ciências Jurídicas na Universidade Autónoma de Lisboa – UAL (Portugal), área de pesquisa direito constitucional; Mestre em ciências jurídicas, na modalidade de dupla titulação, junto a UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí e Universidade de Alicante (Espanha), dissertação de mestrado na área de direito concorrencial, aprovação conceito “A” com mérito; Especialista em Direito Penal Econômico e Europeu pela Universidade de Coimbra/PT; Bacharel em direito pelo CESCAGE.



Carlos Eduardo Carvalho de Figueiredo

Juiz de Direito do Estado do Rio de Janeiro. Doutorando em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa – UAL (Portugal), área de pesquisa direito constitucional; Mestre em Ciências Penais pela Universidade Cândido Mendes aprovado com conceito A; Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal. Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes; Bacharel em Direito pela Universidade Gama Filho; Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Membro da Associação Internacional de Direito Penal.



Fernando de Paula Gomes Ferreira

Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, gestão 2016/2018, pela Seccional Goiás; Vice-presidente da Comissão Nacional de Direito Imobiliário do Conselho Federal da OAB; Gerente da Unidade de Assessoria Jurídica do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás - SEBRAE/GO; Advogado, sócio do Escritório Alencastro, Ferreira & Lima Advogados Associados S/S, sediado em Goiânia-GO; Ex-professor de Direito Civil e Processo Civil da graduação da PUC/GO; Ex-professor de Direito Civil e Processo Civil da Faculdade Cambury; Ex-professor de Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Estadual de Goiás - UEG; Ex-professor de Direito Civil e Processo Civil na pós-graduação da PUC/GO; Ex-professor de Direito Civil e Processo Civil na pós-graduação da Uni-anhanguera; Ex-Professor de Direito Civil da Rede Juris de Ensino Jurídico; Professor de cursos de aperfeiçoamento jurídico nas áreas de Direito Civil e Processo Civil; Professor da Escola Superior da Advocacia do Estado de Goiás; Doutorando em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa - UAL (Portugal), área de pesquisa: direito constitucional; Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento pela PUC/GO aprovado com conceito A; Especialista em Direito Civil e Direito Processual Civil pela PUC/GO; Especialista em Direito Público pela PUC/GO; Palestrante; Bacharel em Direito pela PUC/GO; Autor e co-autor de livros e artigos jurídicos especializados na área do Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Civil e Processual Civil.



Maria Cláudia Antunes de Souza

Doutora e Mestre em "Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad" pela Universidade de Alicante - Espanha. Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - Brasil, Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí - Brasil. Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, nos cursos de Doutorado e Mestrado e, na Graduação no Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. É autora e coordenadora de 40 obras na área de Direito Ambiental e Sustentabilidade, tendo ainda, publicado 110 artigos científicos em livros e revistas especializadas no Brasil e no exterior. Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Paidéia cadastrado no CNPq. Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade" cadastrado no CNPq/EDATS/UNIVALI. Coordenadora do Projeto de pesquisa aprovado no CNPq intitulado: "Possibilidades e Limites da Avaliação Ambiental Estratégica no Brasil e Impacto na Gestão Ambiental Portuária" (2013/2015). Coordenadora do Projeto de pesquisa aprovado através do Edital MCTI/CNPQ/UNIVERSAL 14/2014, intitulado "Análise comparada dos limites e das possibilidades da Avaliação Ambiental Estratégica e sua efetivação com vistas a contribuir para uma melhor gestão ambiental da atividade portuária no Brasil e na Espanha" (2015/2017). Coordenadora do Projeto de pesquisa aprovado através da FAPESC - EDITAL 09/2015- intitulado "Limites e possibilidades da Avaliação Ambiental Estratégica e sua efetivação com vistas a contribuir para uma melhor Gestão Ambiental da Atividade Portuária Catarinense". (2016/2018). Membro vitalício à Cadeira n. 11 da Academia Catarinense de Letras Jurídicas (ACALEJ). Membro Efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Membro da Comissão de Direito Ambiental do IAB (2016/2018). Advogada e Consultora Jurídica.



Gustavo Swain Kfourir

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Mestrado em Direito Constitucional pelas Faculdades Integradas do Brasil e Doutorado em Direito do Estado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Exerce a advocacia no âmbito do Direito do Estado, nas áreas do Direito Constitucional e Administrativo, e do Direito Eleitoral.



Carlos Lopatiuk

Possui graduação em Direito e em Ciências Contábeis e Administração Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutorado em Ciências Empresarias pela Universidad del Museo Social Argentino (2008). Mestrado em Contabilidade e Controladora pela Universidade Norte do Paraná (2002). Especialização em Gestão Pública pela UEPG (2015). Especialização em Direito Processual Civil pela UEPG (2014). Especialização em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela UEPG (2013). Especialização em Direito Civil e Empresarial pela UEPG (2012). Especialização em Auditoria e Contabilidade Gerencial pela UEPG (1996). Especialização em Educação: Metodologia do Ensino Superior pela UEPG (1995). Professor Efetivo da UEPG (1994 a 1999). Ex-Professor Efetivo concursado da Universidade Estadual de Londrina - UEL (1998-1999). Fundador e Reitor Da Universidade Social do Povo (UNISOCIAL). Fundador e Presidente da Associação Paranaense Dos Oficiais da Reserva das Forças Armadas Brasileiras. Membro e Presidente do Conselho Fiscal do Instituto Paranaense de Direito Processual (IPDP). Fundador de Iatauro & Lopatiuk, Advogados Associados. Fundador e Presidente do Instituto Verde (IVE). Tem experiência na área de Direito, Administração, Administração pública e Ciências Contábeis. Áreas de atuação acadêmica como Professor: Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito do Trabalho, Direito Geral, Auditoria, Perícia, Contabilidade e Orçamento Público, Contabilidade Geral, Administração Geral, Análise de Balanços e das Demonstrações Contábeis e Administração Pública.



Luciene Dal Ri

É Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (2003), possuindo Mestrado pela Pontifícia Università Antonianum, Roma (2006) e Doutorado pela Università degli Studi di Roma 'La Sapienza'; (2009). Atualmente é professora no curso de graduação em Direito e no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). É professora no curso de graduação em Direito do Centro Universitário Católica de Santa Catarina. Tem experiência na área de Direito Constitucional e de Teoria Geral do Direito.

INSCREVA-SE

MAIS INFORMAÇÕES

REALIZAÇÃO



Escola Judicial de América Latina
Cooperatio Judiciaria et Collectiva Intelligentia



INSTITUTO PARANAENSE DE
DIREITO PROCESSUAL



União Ibero-americana de Juizes
Unión Iberoamericana de Jueces



CESCAGE



PONTA GROSSA

PATROCÍNIO



COPEL
A Sua Energia



SANEPAR



ITAIPU
BINACIONAL

APOIO

